

[Próximo Texto](#) | [Índice](#) | [Comunicar Erros](#)

Grupo aprova liberação de aborto com aval de psicólogo

Mulheres sem 'condição de arcar com maternidade' poderão fazer procedimento

Dispositivo integra proposta de mudança do Código Penal que agora será discutida no Congresso Nacional

MÁRCIO FALCÃO

DE BRASÍLIA

A comissão de juristas criada pelo Senado para elaborar o novo Código Penal aprovou ontem um anteprojeto que prevê, entre outros pontos, a ampliação dos casos em que o aborto é legal.

Pela proposta, não é crime a interrupção da gravidez até a 12ª semana quando, a partir de um pedido da gestante, o "médico ou psicólogo constatar que a mulher não apresenta condições de arcar com a maternidade".

Inicialmente, a ideia da comissão era propor que essa autorização fosse apenas dos médicos, mas acabou estendida aos psicólogos.

Na prática, isso permite a realização do aborto mediante um parecer de um psicólogo. A alegação é que a medida protege mulheres em situação de muita fragilidade.

Também não haverá punição em caso de aborto de fetos anencéfalos. A questão está em discussão no STF (Supremo Tribunal Federal).

Atualmente, o Código Penal só não considera crimes os abortos feitos para salvar a vida da gestante e quando a gravidez resulta de estupro.

Isso foi mantido, mas ainda foi incluída a liberação quando houver risco à saúde -e não só "à vida" da mulher. Hoje, a pena é de um a três anos de reclusão para a mulher que faz um aborto.

LEI NÃO INIBE

Para os integrantes da comissão, as medidas não irão aumentar o número de abortos. A avaliação dos juristas é de que a criminalização não tem inibido a prática.

"A ideia é tratar o aborto mais como questão de saúde pública, do que como uma questão policial", disse a defensora pública do Estado de São Paulo, Juliana Belloque, integrante da comissão.

"Nenhuma mulher pratica aborto com prazer. É sempre difícil e doloroso", afirmou.

Um grupo de religiosos que acompanhava a audiência dos juristas criticou a decisão. Os manifestantes gritaram "assassinos" quando a proposta foi aprovada.

O anteprojeto deve ser entregue ao presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), em maio. Sarney deve submeter às propostas a avaliação das comissões da Casa.

No Congresso, há uma forte resistência das bancadas religiosas a mudanças na legislação sobre aborto.

Outra medida aprovada pela comissão de juristas prevê a eutanásia nos casos em que o desligamento de aparelhos de um paciente com doença grave e irreversível for atestado por dois médicos, com consentimento do paciente ou da família.

Pelo código atual, essa prática é homicídio, com pena entre 6 e 20 anos de prisão.

[Próximo Texto](#) | [Índice](#) | [Comunicar Erros](#)